

# BREVE HISTÓRIA DA LÍNGUA PORTUGUESA NO BRASIL

Professora Dr<sup>a</sup> Marina Coelho Moreira Cêzar

*Nosso Profe. de latim, Mestre Aristeu, era magro e do Piauí. Falou que estava cansado de genitivos dativos, ablativos e de outras desinências. Gostaria agora de escrever um livro. Usaria um idioma de larvas incendiadas. Epa! O profe. falseou-ciciou um colega. Idioma de larvas incendiadas! Mestre Aristeu continuou: quisera uma linguagem que obedecesse a desordem das falas infantis do que as ordens gramaticais. Desfazer o normal há de ser uma norma. Pois eu quisera modificar nosso idioma com as mínhas particularidades. Eu queria só descobrir e não descrever. O imprevisto fosse mais atraente do que o déjà visto. O desespero fosse mais atraente do que a esperança. Epa! o profe. desalterou de novo – outro colega nosso denunciou. Porque o desespero é sempre o que não se espera. Verbi gratia: um tropicão na pedra ou uma sintaxe insólita. O que eu não gosto é de uma palavra de tanque. Porque as palavras do tanque são estagnadas, estanques, acostumadas. E podem até pegar mofo. Quisera um idioma de larvas incendiadas. Palavras que fossem de fontes e não de tanques. E um pouco exaltado o nosso profe. disse: Falo de poesia, meus queridos alunos. Poesia é o mel das palavras! Eu sou um enxame! Epa!... Nisso entra o diretor do Colégio que assistira a aula de fora. Falou: Seo Enxame espere-me no meu gabinete. O senhor está ensinando bobagens aos nossos alunos. O nosso mestre foi saindo da sala, meio rindo a chorar. (Manoel de Barros. Aula)*

## OS PRIMEIROS PASSOS

Somente 32 anos após a chegada à nova terra é que Portugal passou a se interessar em colonizar o Brasil. Assim, a partir de 1532, as diferentes línguas indígenas, faladas pelos povos que aqui habitavam, passaram a conviver com a língua dos colonizadores - a língua portuguesa. Até meados do século XVII, havia uma grande pluralidade lingüística, verdadeiros adstratos<sup>1</sup>, na, então, colônia portuguesa.

Ao lado do português empregado nos documentos oficiais, ensinado nas chamadas escolas menores, que se restringia somente à alfabetização, havia as línguas indígenas, o latim dos padres jesuítas, o holandês (que chegou com as invasões holandesas da Bahia em 1624 e de Pernambuco em 1630), a língua geral, o tupi, principal língua indígena das regiões costeiras, mas simplificado e gramaticalizado pelos jesuítas (Teyssier, 2001, p. 94), uma espécie de língua franca, falada pela maioria da população e usada não só no contato entre

os índios de diferentes tribos e os colonizadores, mas também entre portugueses e seus descendentes, e as línguas africanas.

Com a reforma pombalina<sup>2</sup>, no século XVIII, que proibia o uso da língua geral na colônia (o famoso Édito dos Índios impedia que os índios usassem qualquer outra língua diferente do português), e com a chegada de numerosos portugueses à colônia, em decorrência da descoberta de minas de ouro e diamantes, principalmente em Minas Gerais, onde se criaram centros ricos e se formaram pequenas cortes de bem-falantes (embora muitos deles não soubessem ler e muito menos escrever), o português, além do *status* de língua oficial do Estado, e a única que podia ser ensinada nas escolas, passou a ser efetivamente a língua mais falada no Brasil, superando todas as demais.

Por essa época, a escolarização, geralmente, era feita nos próprios engenhos ou fazendas, por um padre, um capelão, ou um mestre-escola e seguia regras muito específicas. Por exemplo, os escravos não podiam freqüentar os bancos escolares, sob nenhuma hipótese; os primogênitos só recebiam uma rudimentar educação escolar, pois eram preparados para assumir a direção da família e dos negócios no futuro, e a instrução das meninas fazia parte de uma educação geral voltada para o cumprimento das atividades domésticas.

No século XIX, houve um maior amadurecimento da consciência do português como língua nacional do Brasil, com características próprias. Para isso, foi de fundamental importância a chegada ao Rio de Janeiro, em 1808, da Corte do então príncipe regente D. João, trazendo de 16 a 18 mil portugueses (dobrando a população urbana), abrindo o Brasil para o mundo exterior e acelerando o progresso material e cultural do país.

Outros fatores importantes para esse processo de amadurecimento foram a criação da Imprensa Nacional, com a finalidade de imprimir com exclusividade todos os atos normativos e administrativos oficiais do governo; o surgimento dos primeiros cursos superiores (não-teológicos), como a Academia Real da Marinha, a Academia Real Militar, mais tarde transformada em Escola Central e Escola Militar de Aplicação, e os cursos médico-cirúrgicos da



Bahia e do Rio de Janeiro; a fundação das chamadas escolas normais, conseqüência da crescente preocupação com a formação dos futuros mestres; o aparecimento dos primeiros livros com finalidade didática; o surgimento do sentimento de nacionalidade e a discussão sobre a questão da língua nacional do Brasil, principalmente a partir da Independência (1822).

### **O ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA**

No entanto, apesar desses esforços, a situação do ensino continuava ainda bastante precária<sup>3</sup>, como se vê no relato feito por Gonçalves Dias a D. Pedro II, após visita a províncias do Nordeste, no século XIX, e registrado por Primitivo Moacyr:

Um dos defeitos [do ensino] é a falta de compêndios: no interior porque os não há, nas capitais porque não há escolha, ou foi mal feita; porque a escola não é suprida, e os pais relutam em dar os livros exigidos, ou repugnam aos mestres os admitidos pelas autoridades<sup>4</sup>.

Na realidade, do período colonial até meados do século XIX, os livros de leitura praticamente não existiam nas escolas e nem faziam parte das atividades sociais diárias, sendo escassos os lugares onde poderiam ser adquiridos. Sabe-se, de acordo com biografias, relatos de viajantes e romances da época, que o uso de textos manuscritos (documentos de cartório e cartas, por exemplo), como base para o ensino e para a prática da leitura nas escolas, era bem comum. Em alguns casos, até mesmo o Código Criminal, a Bíblia e a Lei Geral, de 1827, serviam como manuais de leitura no meio escolar (Galvão & Batista, 2005).

Os compêndios, de modo geral, destinavam-se somente aos meninos, tendo como preocupação central

transmitir padrões de virtude e de civilidade, ou conteúdos de disciplinas curriculares de Geografia, Cronologia, História de Portugal e História Natural, e nas publicações dirigidas ao ensino de língua materna predominavam a gramática e a retórica.

É bem verdade que muitos desses compêndios foram responsáveis pela formação de gerações inteiras durante muitas décadas. Tais coletâneas, repositórios de textos nobres, de excelência, de boa língua, verdadeiras flores da chamada alta literatura, deveriam ser lidas pelos alunos, levados a imitar os escritores ao comporem suas redações.

A antologia de maior sucesso foi a *Antologia nacional*, de Fausto Barreto e Carlos de Laet, publicada em 1895, adotada, inicialmente, por três das melhores instituições de ensino da época - o Colégio Pedro II, considerado uma referência nacional, e onde seus autores lecionavam, o Colégio Militar e a Escola Normal. Mais tarde, sua influência estendeu-se à maioria dos estabelecimentos de ensino nas principais capitais brasileiras.

O sucesso dessa obra perduraria até a segunda metade do século XX. Setenta e um anos mais tarde, em 1966, ela ainda era adotada nas aulas de Literatura e de Língua Portuguesa, inclusive nos famosos cursinhos pré-vestibulares do Rio de Janeiro da época<sup>5</sup>.

O escritor Otto Lara Resende registra, em suas crônicas, no início dos anos 90, a força e a importância dessa influência na sua formação e na de tantos outros estudantes brasileiros:

Como tudo neste mundo, a pedagogia tem mudado muito. No Brasil, pouco apegado à tradição muda toda hora. Ou de ano para ano. Já não existe hoje, por exemplo, antologia, como no meu tempo. Não sei se é

pior ou melhor. Pode ser melhor, porque não? *Antologia* é uma palavra da botânica. Vem do grego e significa qualquer coisa como “colher flores”. Também se pode dizer *florilégio*. No sentido figurado, antologia ou florilégio é uma coleção de excertos.

Se está complicado, desculpe. Mas é assim que está na *Antologia nacional* do Fausto Barreto e do Carlos de Laet. [...]. Também se pode dizer *crestomatia*. São palavras que saíram de moda. Já não destroncam a língua dos colegiais. Antologia ou crestomatia é uma compilação de trechos escolhidos em prosa e verso. Brasileiros e portugueses. A gente beliscava de tudo um pouco. Era uma degustação de muitos pratos. De cada um se tirava uma provinha. (2002, p. 128)

Convém salientar que as seletas e os compêndios gramaticais, que reinaram soberanos no ambiente escolar, nas primeiras décadas do século XX, faziam parte de um sistema de ensino centrado na formação e na educação dos membros das elites, das classes mais privilegiadas, dos donos do poder econômico, político, cultural e social e que procuravam, assim, ampliar o status conquistado, ou apenas mantê-lo.

Tratava-se, portanto, de um ensino aristocrático, conservador, acadêmico e bastante seletivo, voltado para as camadas dominantes, com o objetivo apenas de ilustrá-las, de transmitir e de preservar valores culturais já determinados, cristalizados e reconhecidos por essas classes consideradas superiores.

No século XX, o forte crescimento da demanda social da educação, nos anos 60 e 70, obrigou o Estado a investir de modo mais efetivo na expansão e na melhoria do ensino de Língua Portuguesa, o que fez decrescer o percentual de analfabetos, que em 1950 era de 50%, para 39,5% e 33,1%, respectivamente (Romanelli, 2001, p.62)<sup>6</sup>. Por essa época, elaborou-se, pela primeira vez, um programa nacional que procurou respeitar as individualidades sociais, econômicas e culturais de cada região com o objetivo de erradicar definitivamente o analfabetismo; promulgou-se a Lei 4.024/61, de Diretrizes e Bases para Educação Nacional (substituída, posteriormente, pela Lei 5.692/71, que reformulou o então chamado ensino primário e médio e até o nome da disciplina que passou a ser chamada de Comunicação e Expressão nas séries iniciais do 1º grau, Comunicação em Língua Portuguesa na 7ª e 8ª séries e Língua Portuguesa e Literatura Brasileira no 2º grau); começou-se a aplicar e a difundir o método Paulo Freire na alfabetização de adultos; criou-se, depois de 64, o MOBREAL, Movimento

Brasileiro de Alfabetização, e investiu-se na modernização dos livros didáticos.

A partir de 1985, com as mudanças ocorridas no país, novos programas e leis foram desenvolvidos e executados, com o objetivo de intervir de maneira mais efetiva e eficaz na educação do país em geral, e no ensino de Português em particular. Destacam-se, entre eles, o SAEB (1990)- Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica -, o FUNDEF (1995) - Fundo de Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de valorização do Professor, a nova LDB (9.394/96) - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional-, o PNLD (1996) – Programa Nacional do Livro Didático e os PCN (1997) – Parâmetros Curriculares Nacionais.

### **A SITUAÇÃO ATUAL**

No século XXI, pesquisas variadas, com dados mais precisos e mais detalhados, com indicadores de região, sexo, idade, classe social e cor da pele, por exemplo, vêm procurando retratar, com mais precisão e maior fidelidade, o retrato do atual ensino de Língua Portuguesa e constata-se que ele ainda permanece bastante insatisfatório, não conseguindo atingir o seu objetivo maior, que é o de ampliar a competência lingüística dos alunos, levando-os a refletir sobre a língua e tornando-os leitores e produtores eficientes dos diferentes textos que circulam socialmente<sup>7</sup>.

Tem-se consciência de que esse problema não é exclusivo do Brasil e não se restringe exclusivamente à sala de aula. Em países desenvolvidos, como França, Alemanha e Estados Unidos, são bastante comuns as queixas de que muitos estudantes não conseguem se expressar com coerência e não dominam a variedade padrão de maior prestígio social em certas circunstâncias de fala no uso da língua. No Brasil, porém, esses problemas são agudizados pela extrema desigualdade social<sup>8</sup> aliada “à vigência de um sistema educacional reconhecidamente fracassado” (Uchôa, 2005, p.45).

O mais recente Índice de Desenvolvimento de Educação Básica (Ideb), principal indicador da qualidade da educação no país, divulgado em junho deste ano, mostra que o ensino brasileiro foi reprovado. Os estudantes obtiveram médias abaixo de 50% no ensino básico: 4,9, nas séries iniciais, de 1ª a 4ª série, 4,2, nas séries finais, de 5ª a 8ª; e no ensino médio: 3,5. Ou seja, mais da metade dos alunos apresentou um desempenho muito abaixo do esperado, com profundas defasagens na construção das habilidades e competências lingüísticas esperadas para estes níveis<sup>9</sup>.

Como reverter este quadro? A transformação desejada depende bastante de uma nova sala de aula.

Para isso, é preciso que se invista na capacitação dos educadores, aperfeiçoando a sua formação profissional, para que a atualização dos mestres não se limite unicamente aos conteúdos do livro didático, como ocorre em grande parte das escolas brasileiras, os quais, como revelam os estudos de Marcuschi (1996) e Dionísio & Bezerra (2003), apresentam imprecisões conceituais, comentários equivocados, omissões prejudiciais, proposição de atividades improdutivas, entre outras imperfeições; melhorem-se as condições de trabalho dos professores, dando-lhes uma infraestrutura adequada e salários compatíveis com a sua importância na sociedade; e se facilite o acesso dos docentes (e conseqüentemente o dos alunos) às linguagens tecnológicas mais contemporâneas, em especial à web, poderosas aliadas, indiscutivelmente, no ensino de língua materna, uma vez que as linguagens tecnológicas são fruto de novos desenvolvimentos científicos, novos saberes, novos produtos, e principalmente, novas formas de expressão. Expressam mudanças culturais definidas e protagonizam mudanças dos paradigmas ora em curso, transformando as relações interpessoais, modificando o próprio ser humano, levando a uma nova organização do trabalho, onde são necessários, entre outros aspectos, uma especialização dos saberes, uma colaboração transdisciplinar e interdisciplinar, um fácil acesso à informação e uma visão do conhecimento como um valor precioso.

#### BIBLIOGRAFIA:

- CÂMARA JR., J. Mattoso. Dicionário de lingüística e gramática. Petrópolis: Vozes, 1998.
- CUNHA, Celso. Língua portuguesa e realidade brasileira. 9. ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1986.
- DIONÍSIO, Ângela Paiva; BEZERRA, Maria Auxiliadora (Orgs.). O livro didático de Português: múltiplos olhares. 2 ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2003.
- GALVÃO, Ana Maria de Oliveira; BATISTA, Antônio Augusto Gomes. A leitura na escola primária brasileira: alguns elementos históricos. Disponível em: <http://www.unicamp.br/iel/memória/Ensaio/escolaprimaria.htm>. Acesso em: 2 mar. 2005.
- HOUAISS, Antônio. O português do Brasil: pequena enciclopédia da cultura brasileira. 2 ed. Rio de Janeiro: UNIBRADE, 1988.
- LAJOLO, Marisa; ZILBERMAN, Regina. A formação da leitura no Brasil. São Paulo: Ática, 1999.
- LITWIN, Edith. Tecnologia educacional: política, histórias e propostas. Porto Alegre: Artes Médicas, 2001.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. Exercícios de compreensão ou cópiação nos manuais de ensino de língua? Disponível em: <[http://www.inep.gov.br/download/cibec/1996/periódicos/exp\\_aberto\\_69doc](http://www.inep.gov.br/download/cibec/1996/periódicos/exp_aberto_69doc)>. Acesso em: 18 fev. 2005.

RESENDE, Otto Lara. Bom dia para nascer. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. História da educação no Brasil. Petrópolis: Vozes, 2001.

TEYSSIER, Paul. História da língua portuguesa. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

UCHÔA, Carlos Eduardo Falcão. A lingüística e o ensino da Língua Portuguesa no Brasil: uma visão crítica. Confluência. Revista do Instituto de Língua Portuguesa do Liceu Literário Português. Rio de Janeiro: Liceu Literário Português, n. 29-30, p.43-56, 1º e 2º semestres de 2005.

#### Notas:

<sup>1</sup> Toda língua que vigora ao lado de outra, num território dado, e que nela interfere como manancial permanente de empréstimos (Câmara, 1998, p. 42).

<sup>2</sup> Reforma realizada por Sebastião José de Carvalho e Mello, Marquês de Pombal (1699-1782), ministro de D.José I. Em 1759, expulsou também os jesuítas, que haviam chegado ao Brasil em 1549, e eram os únicos responsáveis pela educação no país. Disponível em: <<http://www.pedagogiaemfoco.pro.br>>. Acesso em: 28 fev. 2005.

<sup>3</sup> Por volta de 1872, O índice de analfabetismo chegava a 66,4% e, no ano da abolição da escravatura, para uma população de 14 milhões de habitantes, apenas 250.000 estavam matriculados nas escolas primárias. Disponível em: <<http://www.pedagogiaemfoco.pro.br>>. Acesso em: 28 fev. 2005.

<sup>4</sup> Disponível em: <[http://www.unicamp.br/iel/memoria/base\\_temporal/estXIX\\_n1.htm](http://www.unicamp.br/iel/memoria/base_temporal/estXIX_n1.htm)>. Acesso em: 27 mar. 2006.

<sup>5</sup> Sua última edição (43ª) foi publicada em 1969.

<sup>6</sup> Segundo dados do Instituto Montenegro, atualmente, o índice de analfabetos está em torno de 7%

<http://www.ipm.org.br>. Acesso em: 29 jun. 2008.

<sup>7</sup> Pesquisa feita pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e da qual participaram 4.400 alunos brasileiros, todos na faixa de 15 anos, divulgada em 2004, trouxe à luz o fato de que, entre 40 países, na prova que mediu a capacidade de leitura, o Brasil ocupou a 37ª posição entre os piores colocados. Nossos alunos não conseguiram reter nem interpretar textos indicados nos primeiros anos escolares (Veja, São Paulo, 15 dez. 2004, p.120-2).

<sup>8</sup> A concentração de riqueza no país revela um verdadeiro abismo social, que se reflete no ensino de língua materna. Segundo levantamento do IBGE, das 5.560 cidades existentes no Brasil em 2001, nove (São Paulo, Rio de Janeiro, Brasília, Manaus, Belo Horizonte, Duque de Caxias, Curitiba, Guarulhos e São José dos Campos) concentram um quarto da produção de bens e serviços e setenta detêm 50% do PIB. No extremo oposto estão 1.272 localidades onde toda a riqueza somada alcança 1% do PIB do Brasil, que em 2002 foi de R\$ 1,346 trilhão reais. O menor PIB – Produto Interno Bruto – do Brasil (São Félix do Tocantins, em Tocantins: R\$ 1,9 milhão em 2002) é equivalente ao preço de um apartamento de 4 quartos no Leblon (O Globo, Rio de Janeiro, 4 mai. 2005, p.25-6).

<sup>9</sup> O Rio de Janeiro, considerado ainda por alguns capital cultural do país, e cuja rede de ensino é majoritariamente estadual, teve um desempenho ainda pior, no Ideb, obtendo médias 4,4, 3,8, e 3,2, respectivamente. O Globo, Rio de Janeiro, 12 jun. 2008, p. 10).